



PARECER PRÉVIO Nº 48/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11586/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Humaitá
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Herivâneo Vieira de Oliveira (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6390/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Humaitá. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação com ressalvas das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação com ressalvas** do Prefeito Municipal de Humaitá, Exercício de 2017, de responsabilidade do **Sr. Herivâneo Vieira de Oliveira**, nos termos do art. 31, parágrafos 1º e 2º da CF/88 c/c o art. 127 da CE/89, art. 18, I da LC n.º 06/91 e art. 1º, I e art. 29 da Lei 2423/96, e art. 3º da Resolução TCE n.º 09/97, tendo em vista a configuração de irregularidades insanáveis que caracterizam improbidade administrativa, tal como constante na fundamentação do Relatório/Voto.

- 11- **Ata:** 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- **Data da Sessão:** 23 de Outubro de 2019
- 13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.
- 14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.



PARECER PRÉVIO Nº 48/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro Relator

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 48/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 48/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11586/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Humaitá
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Herivâneo Vieira de Oliveira (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6390/2019-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Humaitá. Exercício de 2017.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Multa. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas Anual do **Sr. Herivâneo Vieira de Oliveira**, responsável pela Prefeitura do Município de Humaitá, no curso do exercício de 2017, com fulcro no art. 22, II c/c o art. 24 da Lei nº 2.423/96.

10.2. Recomendar à Prefeitura Municipal de Humaitá que:

10.2.1. Atualize os registros analíticos de todos os bens de caráter permanente bem como a indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis por sua guarda e administração, conforme art. 94 da Lei n.º 4320/1964;

10.2.2. Atualize aos registros funcionais que se encontram desatualizados, tais como o fornecimento da Declaração de Imposto de Renda, exercício 2016/2017, visando à evolução patrimonial informada a Delegacia da Receita Federal dos agentes políticos e dos agentes públicos (prefeito e vice, secretários, respectivamente);

10.2.3. Adotem medidas para manter maior controle e acompanhamento quanto ao não repasse ao RPPS e RGPS.



ACÓRDÃO Nº 48/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 48/2019 – TCE – Tribunal Pleno)

10.2.4. Nas próximas prestações de contas apresentem as planilhas com documentos de memória de cálculo de modo detalhado, a fim de identificar a área, especificação do material e a localização exata em planta de cada um dos serviços a serem executados.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Herivâneo Vieira de Oliveira no valor de **R\$ 3.000,00** pelas impropriedades não sanadas apresentadas do relatório com base no art. 308, VII, da Resolução nº 04/2002, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Dar ciência ao Sr. Herivâneo Vieira de Oliveira, nos termos regimentais.

10.5. Arquivar o presente processo após cumpridas as determinações acima, nos termos regimentais.

11- Ata: 36ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 23 de Outubro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral